

FAMÍLIA, ESTRATÉGIAS E REDES DE PODER EM MINAS GERAIS (SÉCS. XVIII/XIX)

FAMILY, STRATEGIES AND POWER NETWORKS IN MINAS GERAIS (XVIII-XIX CENTURIES)

MARIA FERNANDA MARTINS | Professora do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

RESUMO

A historiografia dedicada aos estudos das elites vem apontando a importância da análise das famílias como fundamentais para a compreensão da forma como se constroem e se renovam as relações de poder. Este artigo busca investigar as estratégias e as redes construídas por uma antiga família de Minas Gerais, identificando os fatores que permitiram sua continuidade no poder atravessando diferentes conjunturas.

Palavras-chave: elites; famílias; redes de poder.

ABSTRACT

The historiography dedicated to the studies of the elites has pointed out the importance of the families analysis as fundamental for understanding how the power networks are constructed and renewed. This work seeks to investigate the strategies and networks built by an old Minas Gerais family, identifying the factors that allowed their continuity in power through different conjunctures.

Keywords: elites; families; networks of power.

RESUMEN

La historiografía dedicada al estudio de las élites ha señalado la importancia del análisis familiar como fundamental para entender como se construyen y renuevan las relaciones de poder. Este trabajo investiga las estrategias y las redes constituidas por una antigua familia de Minas Gerais, identificando los factores que permitieron su continuidad en el poder a través de diferentes coyunturas.

Palabras clave: elites; familias; redes de poder.

O jovem Manoel José Monteiro de Barros, na Corte joanina no Rio de Janeiro já há algumas semanas, dedicou o dia 11 de junho de 1816 a redigir uma atenciosa carta ao então governador de Minas Gerais, d. Manoel de Portugal e Castro (1814-1821). Havia ele decidido entregar pessoalmente as duas cartas de recomendação que este lhe havia dado para que lhe fosse designado o ofício de tesoureiro ou escrivão da Intendência, e seu intento era, então, comunicar o cumprimento de sua missão e lhe render *mil graças pelo favor* de que fora objeto. A correspondência destinava-se ao barão de São Lourenço, Francisco Bento Maria Targini, tesoureiro-mor e conselheiro de Fazenda, e ao irmão do governador, d. Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar – antigo governador e capitão-geral da Bahia (1788-1800), vice-rei do Estado do Brasil (1801-1806), presidente do Conselho Ultramarino e conselheiro de Estado – que naquele momento ocupava a presidência do Erário Régio e a Secretaria dos Negócios do Reino.¹

O obsequioso tratamento concedido ao governador, no entanto, não parece ocultar a naturalidade com que Manoel José tratava autoridades de tal porte e grandeza, sendo apenas o sétimo filho de um minerador que se estabelecera em Vila Rica acerca de 50 anos. Por outro lado, o que talvez explique sua confiança em lidar com essa gente seja o fato de seu pai trazer há tempos o cargo de guarda-mor das minas de Vila Rica e de ter ali lançado as bases de uma família cujo poder e influência já ultrapassavam as fronteiras da província de Minas Gerais.

A experiência de Manoel José Monteiro de Barros abre as portas para aqui refletirmos sobre o papel das antigas e extensas famílias de elites no desenvolvimento das redes de influência que ajudam a compreender os processos que cercam as estruturas de poder e as transformações que lhe são inerentes. Tal abordagem se torna possível ao se expandir os estudos sobre famílias para abarcar seu significado como instituição central na montagem das relações de poder que ligavam os mais profundos confins do império luso-brasileiro às instâncias centrais da administração. Da mesma forma, urge compreender como se formaram essas redes no sentido de sua expansão pelas estruturas locais de mando na América lusa e como estratégias específicas de controle local e a diversidade de atuação proporcionaram a ascensão e sobrevivência de parentelas que se tornam, assim, pontos cruciais para se compreender a própria história política, econômica e social do império. Para tal, é preciso que essas famílias sejam entendidas como núcleos essenciais de irradiação da vida econômica e social, que permitem a dispersão e expansão dos seus membros ao mesmo tempo em que se mantem solidamente como referência, como o ponto central que une o grupo apesar das distâncias no tempo e no espaço, proporcionando a credibilidade, a estabilidade e a segurança que sustentam as estratégias empreendidas.

Essa noção de família, por sua vez, precisa aqui ser compreendida de forma extensa e como unidade básica do jogo do poder em sociedades do Antigo Regime, mas que ainda

1 Ofício de Manuel José Monteiro de Barros... Rio de Janeiro, 1816. Arquivo Público Mineiro (APM). Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), SG-cx. 97, doc. 40.

conservam sua força como fator estruturante das relações de poder mesmo no século XIX, quando começam a se alterar os mecanismos de legitimação da ação política com o advento de novas instâncias e espaços de administração e governo (Dedieu; Windler, 1997).²

Voltemos, pois, à história e às origens de Manoel José Monteiro de Barros e vejamos como podem nos ser útil. Na verdade, não se sabe ao certo como ou porque vieram ao Brasil aqueles que iriam fundar uma das mais influentes, poderosas e longevas parentelas do sul de Minas Gerais, uma vasta rede que se estendeu por esta e pelas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, os Monteiro de Barros. Em geral, os diversos estudos dedicados a reconstituir a trajetória da família dão por seu fundador Manuel José Monteiro de Barros, como já dito guarda-mor das minas de Vila Rica, que ali havia obtido sesmaria em 1761.³ Entretanto, embora não haja maiores registros nesse sentido, fica difícil imaginar que esse indivíduo tenha sido o único responsável pela montagem de uma das mais extensas redes de poder que se têm notícia nos lados das gerais, e em velocidade vertiginosa, em um período de pouco mais de meio século, considerando-se a extensão dos seus poderes, patrimônio e influência já nas duas primeiras décadas do século XIX. Na verdade, não havendo maiores informações sobre sua vinda, sabe-se, no entanto, que nasceu em Portugal, em Pinhote (freguesia de São Miguel das Marinhas), em 1716, filho de um certo João Vieira Repincho e de Mariana Monteiro de Barros, casamento ocorrido dois anos antes na Igreja Matriz de São Tiago, em Carapeços (atual distrito de Braga), e que também levaria ao nascimento de um seu irmão, de nome João Caetano Monteiro de Barros, que, a exemplo do primogênito, também adotou o sobrenome da mãe.

Há quem afirme que sua vinda para a América foi motivada pelo convite de um tio, um padre já residente na região de Congonhas do Campo;⁴ de quando chegou ou se veio só, não há notícia. Sabe-se, porém, da existência em Vila Rica (aonde irá se fixar inicialmente Manoel José) de um certo Agostinho Monteiro de Barros, que surge em 1748 solicitando o cargo de inquiridor das testemunhas dos suplicantes na Câmara Municipal de Ouro Preto, instituição à qual serviria como vereador na década seguinte. Da mesma forma, há registro de que alguém de nome João José Monteiro de Barros fizera solicitação para que fosse promovido como escrivão de vintena na mesma freguesia de Congonhas do Campo (to-

2 Segundo Dedieu e Windler (1998, p. 217), "*La reorientación en el estudio de la familia no resulta tanto de la toma de consciencia de una necesidad teórica como de la incapacidad de la concepción reduccionista anteriormente vigente a dar cuenta de las observaciones empíricas de los investigadores. La extensión, en efecto, no es una mera fantasía. Se fundamenta en la observación de interacciones mucho más intensas a lo largo de las redes de relaciones de parentesco de lo que se esperaría dada la distancia que separa a los individuos observados*".

3 O simples fato desta personagem ter obtido o cargo de guarda-mor das minas indica que já deveria ter boas relações na região. De fato, o regimento de 19 de abril de 1702 mudou a denominação da provedoria para Superintendência das Minas, criando o cargo de guarda-mor e dando-lhe amplos poderes, especialmente nas concessões. As intendências do ouro seriam criadas em 1736 e o cargo de intendente-geral do ouro, em 1750; ver Portugal (s.d.) e Salgado (1985).

4 Seria o caso do principal e mais completo estudo dedicado à família, o livro de Frederico de Barros Brotero, intitulado *A família Monteiro de Barros*. Exceto quando especificamente indicadas outras fontes, as informações gerais aqui presentes sobre a família e seus membros são originárias dessa obra.

ponímia que comporia o primeiro título nobiliárquico da família, recebido por um filho de Manoel José, como se verá adiante), em 1753. Por outro lado, é bem provável que, além do enriquecimento devido à exploração do ouro na região, sua ascensão tenha sido facilitada por seu casamento, já em 1766, com Margarida Eufrásia da Cunha Matos, filha de Alexandre da Cunha Matos, comerciante português estabelecido em Minas Gerais desde a década de 1730, e que havia se unido a Antônia de Negreiros, membro de uma família de negociantes e proprietários da Bahia, que já aparecem como juízes e vereadores da cidade da Bahia desde o século XVII.⁵ Considerando-se o status de sua noiva, é de se imaginar que a essa altura o guarda-mor Manoel José já tivesse enriquecido com a exploração do ouro, o que deve ter motivado sua vinda para além-mar e para a capitania das Minas.

Quanto ao sogro Cunha Matos, também há pouca notícia. Apesar de seu casamento na cidade da Bahia, ele aparece como proprietário e morador da Vila Rica em 1733 e 1738, respectivamente, em requerimentos e provisões relativos ao seu envolvimento na *devassa sobre uma fábrica de moeda falsa nas Minas Gerais*, e na qual foi inocentado (1738).⁶ Como Alexandre da Cunha Matos também é identificado como *guarda-mor*, é razoável supor que o casamento tenha rendido a Manoel José a “herança” do cargo que outrora pertencera ao sogro, falecido em 1766.

Manoel José Monteiro de Barros e sua esposa Margarida Eufrásia tiveram ao menos nove filhos de que se têm notícias, todos com trajetórias muito bem-sucedidas, o que permitiu a rápida expansão e ascensão da família na região, seja na política local e imperial, seja nas atividades econômicas. Dois deles obteriam títulos nobiliárquicos, o desembargador e futuro senador Lucas Antônio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo – que desenvolveu relações políticas e comerciais em São Paulo, onde se casaram e iniciaram carreira política alguns de seus filhos –, e o vice-presidente da província de Minas Gerais, minerador e proprietário coronel Romualdo José Monteiro de Barros, barão de Paraopeba.

Um terceiro filho do casal, o já mencionado Manoel José Monteiro de Barros, depois comendador, tesoureiro e deputado da Junta da Fazenda Real em Minas, transferiu-se para Leopoldina, onde sua família manteve sempre a chefia política, bem como sua representação na Assembleia Provincial; seu outro irmão, Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos, foi tesoureiro-geral em Vila Rica nas primeiras décadas do século XIX, além de intendente do ouro e procurador da Coroa e Fazenda Real em 1819, casado com a irmã do marquês de Baependi (Nogueira da Gama).

5 Os Negreiros da Bahia parecem descender de Gaspar de Barros Magalhães, fidalgo que viveu no recôncavo baiano e se casou com Catarina Lobo Barbosa de Almeida, uma das três irmãs órfãs que a rainha enviou para casarem-se com importantes figuras da província (Barata; Bueno, 1999, p. 1.606).

6 O caso é apresentado em correspondências localizadas no Conselho Ultramarino, entre 1733 e 1738.

Outros filhos seriam João Gualberto Monteiro de Barros, *engenheiro mineralógico* formado em Coimbra pelos idos de 1792, casado com Anna da Fonseca e, por fim, o coronel José Joaquim Monteiro de Barros, comendador da Ordem de Cristo, nomeado em 1809 para examinar terrenos auríferos no Rio Grande do Sul e proprietário de uma sesmaria na atual região de Leopoldina (1818). O único que não se casou foi o cônego Marcos Antônio Monteiro de Barros, formado em cânones, em Coimbra, arcediogo, vigário-geral da diocese de Mariana, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, membro do Conselho de Governo de Minas Gerais (1825-1829) e senador por essa província desde 1826 até sua morte, em 1852. Há ainda registro de duas filhas, Ana, sem maiores informações, e Maria do Carmo Monteiro de Barros, que ao casar-se com o primo, coronel Domiciano Ferreira de Sá e Castro, inaugurou um novo ramo na família, do qual descendem os Monteiro de Castro e o barão de Leopoldina.

Esse primeiro panorama já parece confirmar o sucesso com que irão se reproduzir as atividades, negócios e interesses da família. No entanto, para prosseguir, parece fundamental considerar as ações estratégicas do grupo, com todas as ressalvas que um uso mais irresponsável do termo pode sugerir.⁷ A questão que aqui importa é reconhecer que grupos e indivíduos, ao longo de suas vidas e ao sabor de diferentes conjunturas, desenham caminhos e planejam o futuro, mesmo que estes fracassem ou precisem sofrer adaptações e ajustes ao longo de suas trajetórias; nesse cenário, a família extensa funciona como um elemento fundamental de estabilidade e segurança, ajudando a legitimar as ações, referendar e dar credibilidade aos seus membros e suas ações.

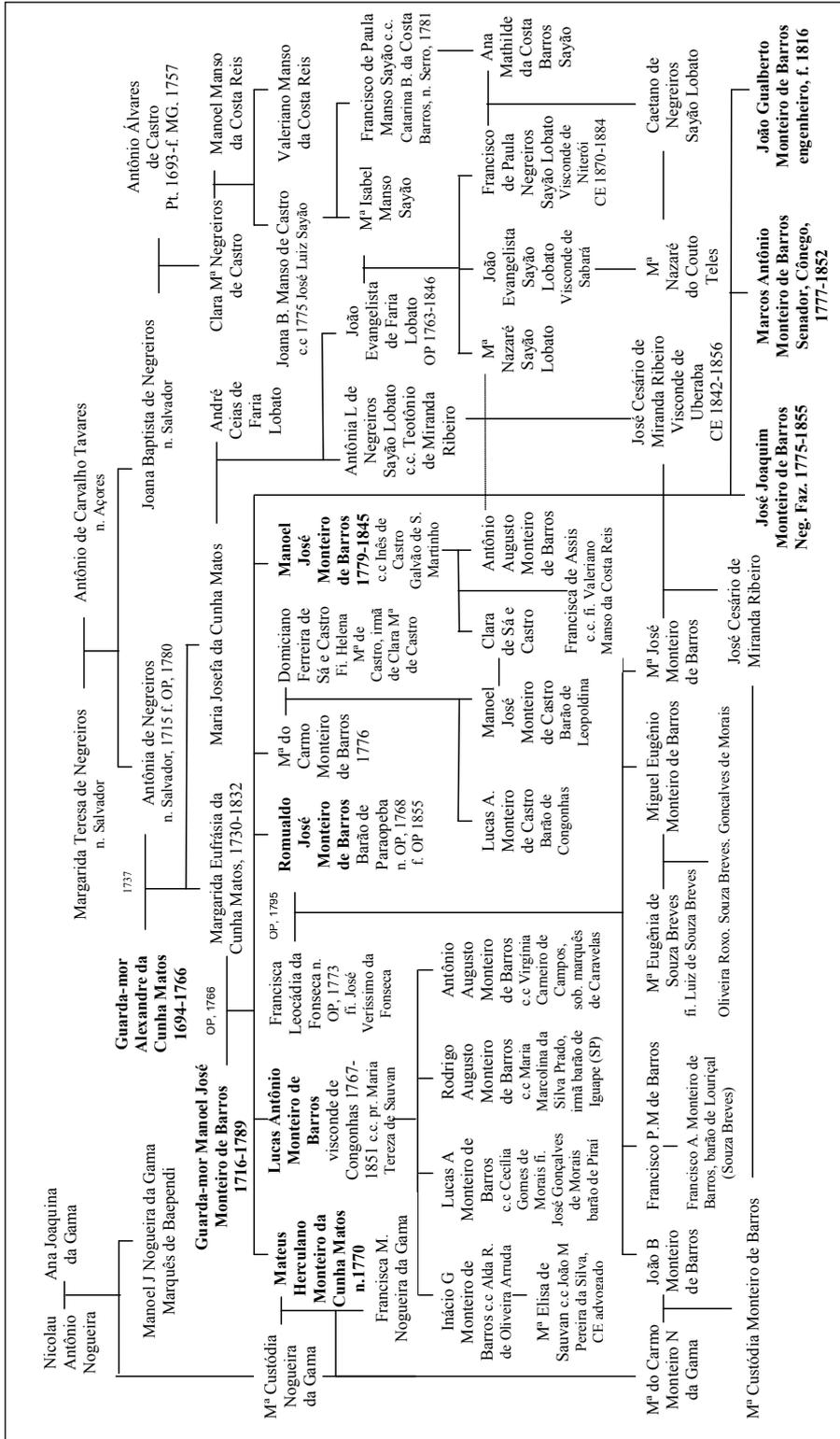
Considerando-se, portanto, essas estratégias, destaque maior será aqui concedido aos elementos que parecem centrais para compreender a sobrevivência do grupo familiar e sua identidade ao longo do período, ou seja, o exame da política matrimonial, e montagem e reprodução das redes de relações estabelecidas também fora do âmbito familiar; a política de controle dos cargos locais; e a diversificação das atividades econômicas.

A habilidade em combinar casamentos no interior do grupo familiar – além dos aspectos culturais, uma estratégia importante no sentido da proteção do patrimônio e heranças – com alianças a grupos e redes que possibilitassem a diversificação de atividades, é uma das características da família, o que parece contribuir para o enfrentamento das instabilidades e a adequação às diferentes conjunturas. Os laços matrimoniais proporcionavam a construção e formalização de uniões estratégicas, reiterando ou consolidando antigas e novas relações sociais, comerciais e políticas e promovendo a possibilidade de diversificação dos negócios da família, ou seja, uma forma de combinar uma modernidade nas estratégias econômicas com comportamentos e sociabilidades tradicionais.⁸ Ao desenvolver e fortalecer as redes

7 A noção de *estratégia* é aqui utilizada com base em Giovanni Levi que, a partir do modelo de interpretação do antropólogo Fredrik Barth, esvazia o conteúdo racionalista que o termo sugere de forma a definir os agentes sociais como portadores de uma racionalidade relativa, “a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe confere, em contextos onde a sua ação depende da interação com as ações alheias e onde, portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de constante incerteza” (Lima, 2006, p. 259-260).

8 Em estudo comparado sobre as elites mexicanas e venezuelanas, por exemplo, Frédérique Langué demonstra que

Diagrama 1 - Relações parentais da família Monteiro de Barros



familiares, o casamento poderia também promover o enobrecimento e ascensão social, a partir da aquisição de terras, ou mesmo o favorecimento de aspirações políticas no nível central ou local – por meio da união com famílias que possuíam fortes ligações com os cargos burocráticos e administrativos (Martins, 2007, cap. 3). O diagrama permite perceber um pouco dessas estratégias.

Como pode ser observado, ao mesmo tempo em que se repetem casamentos entre primos, na segunda geração a família estabelece laços com grupos influentes na corte, como os Nogueira da Gama – ao qual pertencia o já citado marquês de Baependi⁹ –, e na própria província, como os Negreiros de Castro e Manso da Costa Reis. Na terceira geração surgem alianças com famílias tradicionais de São Paulo, como os Silva Prado (barão de Iguape), e outras ligadas ao café no Rio de Janeiro, como os Breves e Gonçalves de Moraes (do barão de Pirajá), na região de Valença, e com os Ribeiro de Avelar e Ribeiro Leite, na região de Vassouras. Nesse momento, verificam-se também ligações com as famílias Sayão Lobato, a qual pertencia o conselheiro de Estado visconde de Niterói; e Carneiro de Campos, com bases na província da Bahia. Também se intensificam as relações com os Nogueira da Gama, que se reproduzem na quarta geração. Observa-se, portanto, a reiteração de alianças entre as famílias a cada nova geração, com a reincidência de casamentos renovando laços que se iniciaram a duas ou três gerações pregressas, o que segue consolidando e fortalecendo essas redes.

Quanto ao segundo elemento estratégico a ser explorado, a política de controle dos cargos locais, o quadro 1 resume a importância da família na vida político-administrativa e econômica nas regiões em que atuou, considerando-se os cargos e status social de seus membros e correlatos.¹⁰

quanto mais as redes extrapolavam os círculos familiares mais restritos, maiores as chances de sobrevivência das famílias frente às diferentes conjunturas. Esse seria o caso das elites mineradoras mexicanas, ao contrário do que ocorreria com esses setores na Venezuela que, em geral, priorizaram os laços de sangue (Langue, 2005).

9 Além de seus diversos cargos na corte, Baependi era genro de um dos mais abastados e influentes comerciantes do Rio de Janeiro, Braz Carneiro Leão. Segundo Falco (2003), “os Nogueira da Gama possuíam grandes extensões de terras que iam do Vale do Paraíba Fluminense à Zona da Mata Mineira, com as concessões feitas a José Inácio Nogueira da Gama (17 sesmarias) e Manoel Jacinto Nogueira da Gama (12 léguas de terras)”.

10 Longe de esgotar o volume de informações disponíveis sobre a família, o quadro busca apenas exemplificar o tipo de ocupação, cargos e atividades seguidas pelos descendentes do guarda-mor Manoel José Monteiro de Barros, acompanhando (pela ordem das gerações, sempre que possível) a trajetória de seus filhos, netos e bisnetos.

Quadro 1 - Família Monteiro de Barros: atividades e ocupação de cargos na corte e nas províncias

Família Monteiro de Barros	Cargos na corte e províncias (adm. central)	Cargos e ocupações provinciais
Manoel José Monteiro de Barros		Guarda-mor das minas Vila Rica, 1766; sesmaria em Congonhas, 1761; capitão Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Mortes, 1804
Lucas Antônio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas de Campos	Pres. STJ; Se SP, 1826; PP SP, 1824-1827; Des. Relação BA; Des. Paço, 1821; DC MG; Pres. Relação PE, 1822	JF Açores (1783-93) e JD cidade da Bahia (1794-1801); ouvidor Ouro Preto, 1801-9; Neg. Faz. SP
Marcos Antônio Monteiro de Barros	Se MG, 1826-1852	Conselho Geral MG, 1825-29; vigário-geral Mariana
Mateus Herculano Monteiro da Cunha Mattos		Intendente do ouro, OP; tesoureiro e Dep. Junta da Fazenda Real, 1808-9; procurador da Coroa, 1819, MG
Romualdo José Monteiro de Barros, barão de Paraopeba		Capitão de ordenança, Congonhas do Campo, 1799; cel. de milícias; VPP MG, 1850; minerador, Congonhas do Campo, 2º gov. prov. e gov.-geral 1825-1833; proprietário; gov. provisório, MG, 1824
José Joaquim Monteiro de Barros		JP Congonhas, 1833; DP MG, 1836; coronel
João Gualberto Monteiro de Barros		J Órfãos OP, 1798; JF OP, 1802; fiscal da Intendência do Ouro, 1801
Manoel José Monteiro de Barros		Dep. Junta da Fazenda Real, MG, 1816-1831; adm. geral do BB MG; dep. Conselho do Governo e Conselho Geral MG (1828-33); DP MG 1840-41; Minerador e Faz. MG
Antônio de Paula Monteiro de Barros		JF Rio das Mortes, 1829-30

Rodrigo Antônio Monteiro de Barros	DG. SP 1830-41; 1843-44; Des. PE, 1824	Ouvidor SP, 1830; JF SP, 1827; chefe polícia, SP
Manoel Monteiro de Barros	Secretário do Governo Maranhão, 1828-1831	
Antônio Augusto Monteiro de Barros	DG MG 1826-29; intendente Polícia, RJ, 1830; Se MG, 1838- 1841; Des. Relação PE, 1827 e BA, 1832;	JF OP, 1822; PCM OP, 1822; ouvidor e provedor da Fazenda, Sabará, 1824-5; ouvidor RJ, 1829; DP MG 1826-29
José Maria Monteiro de Barros	Desembargador Relação PE	PCM Ilha Grande, RJ, 1822; JF Angra dos Reis, RJ, 1823; Junta Fazenda, MG, 1829
Francisco de Paula Monteiro de Barros	Des. Relação RJ	JF Vila do Príncipe, 1826; JF Serro Frio, 1828-9; JF SJ del Rei, 1829-1831; ouvidor e corregedor de Sabará, MG, 1833; JD Niterói, 1848
Inácio Gabriel Monteiro de Barros	Coronel, 1838; brigadeiro	Faz. SP (Bananal)
João Batista Monteiro de Barros		Tenente do Corpo de Engenheiros, MG, 1827
Antônio José Monteiro de Barros	DG MG 1843-60	Ouvidor Diamantina, 1830- 33; JF Mariana, 1826-28; Conselho Geral MG, 1832; JD, 1856-8 MG; DP MG 1840
Miguel Eugênio Monteiro de Barros		Ver. OP 1836; DP MG 1854- 57; Ver. Leopoldina, 1856
José Augusto Monteiro de Barros		JM Leopoldina, 1857; Ver. Leopoldina, 1855 e 1857; suplente do Delegado, 1855; JP, 1857
Manoel José Monteiro de Barros		JM Leopoldina, 1855
Lucas Augusto Monteiro de Barros		Ver. Leopoldina, 1855
Manoel José Monteiro de Castro		Leopoldina: Ver. 1855; PCM, 1857; JM, 1862
José J. Ferreira Monteiro de Barros		Leopoldina: Ver., 1855; JM, 1855 e 1862
Antônio José Monteiro de Barros	DG MG 1850-60	JP Leopoldina, 1859; Ver. Leopoldina, 1856
Antônio Mateus Monteiro de Castro		JM Leopoldina, 1866; Ver. Leopoldina, 1861

José Joaquim Monteiro de Barros	DG MG 1857-60	Faz. Conceição da Boa Vista, MG, 1873
Domiciano Mateus Monteiro de Castro	DG MG 1869-72	Ver. Leopoldina, 1855 e 1860; Del. Polícia, Leopoldina, 1855; JM Leopoldina, 1862
Domiciano A. Monteiro de Barros		Faz. Conceição da Boa Vista, MG, 1873
Luís de Sousa Monteiro de Barros, barão de Monteiro de Barros		Faz. RJ, 1870
Júlio C de Miranda Monteiro de Barros		Faz. Barra Mansa, RJ, 1873
José Monteiro de Barros		Faz. Café, Juiz de Fora, MG, 1875
Lucas Antônio Monteiro de Barros	DG. MG 1876-1879	Faz. MG, major GN; Faz. Barra Mansa, RJ
Manuel J. M. de Castro, barão de Leopoldina	DG 1881; Se MG, 1887-88	PCM de Leopoldina 1860 MG
Jacinto Manoel Monteiro de Castro		Faz., JP e subdelegado MG, 1873
Lucas Mateus Monteiro de Castro	DG MG 1878	Faz. C. da Boa Vista, MG, 1873; Ver. Leopoldina, 1883
Agostinha Carolina Monteiro de Barros Galvão de S. Martinho		Faz. Conceição da Boa Vista, MG, 1873
Francisco Monteiro de Barros	IGOP da Corte, 1876	
Mateus Herculano Monteiro de Castro		JM Leopoldina, 1855; Faz. Conceição da Boa Vista, MG; JP e subdelegado Pirapetinga, 1873
Maria Eugênia Monteiro de Barros, condessa de Monteiro de Barros		Faz. SP (Fazenda São Carlos, Santa Cruz das Palmeiras), 1878
Ana Helena Monteiro de Castro		Faz. Café, Juiz de Fora, MG, 1882
Ildefonso Monteiro de Barros		Faz. Café, Juiz de Fora, MG, 1891
José C. de Miranda Monteiro de Barros	PP Alagoas, 1888-89	
José Joaquim Monteiro da Silva, barão de Santa Helena	Se MG, 1888	Cel GN, VPP MG; Banco de Crédito Real de Juiz de Fora e Estrada de Ferro União Mineira, Faz. MG
Luiz Eugênio Monteiro de Barros	DG MG, 1894	

Adelaide G. Monteiro de Barros		Faz. Café, Juiz de Fora, MG, 1891
Inácio Gabriel Monteiro de Barros		Tenente-coronel; Faz. SP (Fazenda Santa Eugênia, Santa Cruz das Palmeiras), 1892
Relações da Família por casamentos:		
Família Cunha Mattos		
Alexandre da Cunha Mattos		Guarda-mor MG, 1737
André da Cunha Mattos		Familiar do Santo Ofício MG, 1753
Família Nogueira da Gama		
José Ignácio Nogueira da Gama	Capitão-mor, cel., fidalgo da casa imperial, c. 1790	
Nicolau Antônio Nogueira	Intendente do ouro, GO	Ver. S. J d'El-Rei, 1771
Tomé Rodrigues Nogueira do Ó		Capitão-mor Baependi, MG, c. 1720
Manoel J. Nogueira da Gama, marquês de Baependi	CE, 1834; DC 1823, Se MG, 1826; PP RJ; pres. Sen. 1838; Min. Fazenda, 1823, 1826, 1831	
José Calmon M. Nogueira Valle da Gama	DG MG (1869-1879)	
José Inácio Nogueira da Gama, irmão do marquês de Baependi		Capitão-mor; proprietário em Juiz de Fora, MG (14 sesmarias)
Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, conde de Baependi	DG RJ, 1842-72	
Nicolau A. N. V. da Gama, visconde de N. da Gama	DG (1843-1844)	Comte. GN; PCM Ouro Preto, MG
Família Galvão de São Martinho/Manso da Costa Reis		
José Maria Manso da Costa Reis		Ver. Vila Rica, 1822
Pedro Afonso Galvão de São Martinho		Sargento-mor MG; cel. GN, MG
Francisco de A. Manso da Costa Reis		Faz. Angustura, MG; cel. GN
Valeriano Manso da Costa Reis		Faz.; subdel. Angustura, 1842; ver. Nepomuceno; cel. GN

Manoel José Monteiro de Barros Galvão de São Martinho		Delegado de Polícia, Leopoldina, 1856
Antônio A. Monteiro de Barros Galvão de S. Martinho		Faz; JP Boa Vista, MG, 1873; ver. Nepomuceno; cap. GN
Família Miranda Ribeiro		
José Cesário de Miranda Ribeiro, visconde de Uberaba	STJ; Se SP, 1844; CE; DC 1821-22; DG MG, 1826-44	JF MG (Rio das Mortes), 1823-6; PP MG, 1837 e SP 1836
Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro		Médico, vereador e PCM Juiz de Fora; DP MG
Antônio José da Cruz Rangel	Se MG, 1838-1841	Dir BB, 1829; DP MG 1826-29; Neg.
José C. Monteiro de Miranda Ribeiro		Ver. Leopoldina, 1859
Antônio da Silva Prado, barão de Iguape		Capitão Ordenanças, 1819, capitão-mor, 1826; VPP SP 1841; diretor BB SP
Joaquim Vidal Leite Ribeiro, barão de Itamarandiba		Lavrador em Mar de Espanha; banqueiro em Juiz de Fora MG
Família Sayão Lobato		
Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, visconde de Niterói	Des. Relação RJ; DG PE, RJ e MG; Se RJ, 1869, Min. Justiça e Império, 1861 e 1871; CE 1870	
João Evangelista Negreiros Sayão Lobato, visconde de Sabará	Des. Relação RJ 1864; DG RS 1850-56; Proc. Coroa; Presidente do STJ	Promotor MG; JM SP, JD RS;
João das Chagas de Faria Lobato	DG MG 1864-66;	JM Leopoldina, 1864
Família Breves		
Francisco de Assis Monteiro Breves, barão de Lourical	Comerciante café RJ	Faz. RJ
Luís de S. Breves, barão de Guararema	Comis. café no RJ	Faz. Piraí e Além Paraíba, RJ
José de Souza Breves Filho		DP RJ 1838-45; 1848-49
José Luiz Gomes, barão de Mambucaba		JP Mambucaba, Comte-Sup GN; PCM e delegado em Piraí; Faz. em Piraí RJ

Joaquim J. de Souza Breves		DP RJ 1842-49
Joaquim José de Souza Breves Filho	DG RJ 1878-1881	
João Manoel Pereira da Silva	DG RJ 1848-57, 1862-85; Pres. BB; Se RJ 1888-89	VPP RJ, 1857; DP RJ 1840-47; 1858-61
José Joaquim Pereira da Silva	DG RJ 1857-60	Cônego

Notas: (Se) Senador; (DC) Deputado na Assembleia Constituinte; (DG) Deputado Geral; (DP) Deputado Provincial; (Ver.) Vereador; (JD) Juiz de Direito; (JM) Juiz Municipal; (JP) Juiz de Paz; (JF) Juiz de Fora; (GN) Guarda Nacional; (PCM) Presidente da Câmara Municipal; (PAP) Presidente da Assembleia Provincial; (PP) Presidente de Província; (VPP) Vice-presidente de Província; (Faz.) Fazendeiro; (Neg.) Negociante; (Cap.) Capitalista; (CE) Conselho de Estado; (STJ) Supremo Tribunal de Justiça; (Des.) Desembargador; (OP) Ouro Preto; (IGOP) Inspeção Geral de Obras Públicas.

Fontes: *Almanaque Laemmert*, 1850-1880; Lyra, 1978; Horta, 1956; Smith Vasconcellos; Taunay, 1978; Brotero, 1954; Barata; Bueno, 1999; Veiga, 1998; Silva Leme, 1905; Javari, 1962.

Estas estratégias também parecem mais evidentes no que se refere a uma política de nível nacional. Para além da expansão do poder local, considerando os turbulentos momentos que cercam o processo da Independência, os Monteiro de Barros já se faziam representar diretamente nas cortes de Lisboa, entre os deputados eleitos por Minas Gerais (Lucas Antônio Monteiro de Barros por Congonhas e José Cesário de Miranda Ribeiro por Vila Rica), na segunda junta do governo provisório na província (barão de Paraopeba, 1824) e, mais adiante, na Assembleia Constituinte de 1823 (João Evangelista de Faria Lobato e Cândido José de Araújo Viana).

Além das inter-relações entre as esferas local e central e a diversidade de ocupações, cabe destacar o efetivo controle que possibilitava a larga presença de seus membros nos cargos provinciais e municipais, especialmente a manutenção de um número expressivo de representantes no Legislativo provincial. A título de exemplo, o quadro apresenta ao menos dois Monteiro de Barros na Assembleia mineira na legislatura de 1840, Antônio José e Manoel José Monteiro de Barros, sem considerar outros nomes que integravam as redes de relações do grupo, que ali também estavam presentes. De fato, a expansão dos negócios e atividades econômicas da família se fazia acompanhar pela ampliação de ação local, em diferentes vilas e municipalidades.

O controle político e administrativo da família também se reflete no aparelho do Judiciário local. Entre os dezesseis juizes de fora atuantes na comarca de Rio das Mortes entre as décadas de 1820 e 1830, localizam-se ao menos três juizes diretamente relacionados à família: José Cesário de Miranda Ribeiro (1824-26); Antônio de Paula Monteiro de Barros e Francisco de Paula Monteiro de Barros (1830-31). Por outro lado, esse fenômeno parece refletir outra estratégia familiar, exatamente aquela de profissionalizar as novas gerações com vistas à ocupação de cargos na política, administração e no Judiciário, seja local seja em instâncias mais elevadas, como a própria corte.¹¹

¹¹ A prática das elites tradicionais e de negociantes de enviarem os filhos para as universidades europeias é analisada em Martins (2014).

De fato, dentre os filhos do guarda-mor Manoel José Monteiro de Barros, ao menos quatro frequentaram a Universidade de Coimbra ainda no século XVIII: o visconde de Congonhas do Campo (leis, 1787); Marcos Antônio Monteiro de Barros (leis e matemática, 1799); Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos (leis, 1794) e João Gualberto Monteiro de Barros (leis e cânones, 1791). Esse comportamento se repete nas gerações seguintes, com os filhos do visconde de Congonhas e quatro dos sete filhos homens do barão de Paraopeba, ainda em Coimbra, e mais adiante já no curso de direito de São Paulo.

No quadro anterior, observa-se não apenas a diversidade das atividades a que se dedicavam os membros da família – também um indicativo de seu poder econômico – mas ainda a extensão de suas atuações para além da província de Minas Gerais. Mesmo considerando apenas a própria família Monteiro de Barros, após o estabelecimento do visconde de Congonhas em São Paulo, verifica-se a presença de fazendeiros tanto nas províncias fluminense e paulista quanto em Minas, o mesmo ocorrendo com os cargos da Justiça local, que também cobriam as três regiões. A ampla ocupação de cargos ligados à política local, bem como a larga presença de representantes na Assembleia Geral denotam a bem-sucedida estratégia de sobrevivência do clã familiar e permitem antever sua capacidade de resistir às mudanças conjunturais mantendo o status social e econômico e o controle político-eleitoral em suas áreas de atuação.

Por outro lado, toda a atividade política e judiciária da família é acompanhada pela extensão progressiva de seus domínios:

As terras dos atuais municípios de Mar de Espanha e Leopoldina começaram a ser apropriadas a partir de 1817 por meio de sesmarias. Vinte e três anos depois, as fazendas de café desses municípios estavam consolidadas em enormes unidades de produção voltadas para a exportação, e seus proprietários eram também os responsáveis pela construção da rede viária necessária ao escoamento da produção até o porto do Rio de Janeiro. Em Leopoldina, além da cessão da maior parte das terras disponíveis ou pelo menos das mais férteis, no ano de 1818, ocorreu ainda a tomada de grandes extensões das terras devolutas restantes por membros da família Monteiro. Esta família conseguiu apropriar-se de um vasto patrimônio agrário, cuja distribuição foi muito facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da capitania e depois da província: o comendador Manuel José Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros (barão de Paraopeba, membro da segunda junta do governo provincial) e o desembargador e ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros. Só o comendador Manuel José obteve a concessão de quatorze sesmarias. No total, oito membros da família possuíam vinte e quatro sesmarias (Carrara, 1999, p. 20).

De fato, a produção de café se generalizou entre os membros da família ao longo do século, de forma que entre os principais produtores no município de Juiz de Fora entre 1870-1900, por exemplo, constavam José Monteiro de Barros (1875), Ana Helena Monteiro de Castro (1882), Ildefonso Monteiro de Barros (1891), Francisco Pedro Monteiro da Silva (1891),

Adelaide Gabriela Monteiro de Barros (1891) (Saraiva, 2005, p. 198). Entretanto, o grupo também expandiu suas propriedades em direção a outras províncias, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Além de alguns de seus irmãos e sobrinhos, que se tornaram proprietários na região de Leopoldina (Manoel José Monteiro de Barros, que saiu de Congonhas para fundar lavoura de café em Pirapetinga; Antônio Monteiro de Barros, proprietário da fazenda Paraíso, de Leopoldina), o visconde de Congonhas fixou-se em São Paulo, província que representou no Senado e a qual presidiu. Seu filho, o brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros, vereador e fazendeiro em Bananal nos anos de 1830, ali havia montado, nas primeiras décadas do XIX, a fazenda Resgate, repassada ao comendador Manoel de Aguiar Vallin, após 1838. No final do século, a família ainda aparece em São Paulo, agora na região do oeste paulista – que se desenvolveu no último quartel do século XIX pela expansão do café. Nessa região, mais precisamente em Santa Cruz das Palmeiras, se estabeleceram o tenente-coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros (neto), cuja fazenda Santa Eugenia possuía cerca de 385 mil pés de café na virada do século (1904), e a condessa Monteiro de Barros, proprietária da fazenda São Carlos, com cerca de 335 mil pés de café no mesmo período.¹²

O segundo filho do visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, casado em 1834 com Cecília Gonçalves de Moraes, filha dos barões de Piraí (pai da condessa Monteiro de Barros), recebeu como dote de casamento uma sesmaria de meia-légua em quadra localizada às margens do rio Paraíba do Sul, onde o casal fundou a fazenda Três Poços. Quando de sua morte, em 1862, Lucas Antônio era proprietário de outras três fazendas na região, herdadas pelo seu filho homônimo.

Quanto às atividades econômicas, a diversificação e as adaptações se deram ao longo do período. O caminho para o enriquecimento foi, naturalmente, o ouro, pois é sabido que o patriarca Manoel José Monteiro de Barros era proprietário de ricas minas. O mesmo é dito acerca de seu filho, também chamado Manoel José – aquele que inicia essa história – identificado como *minerador, proprietário de ricas lavras de ouro* (Brotero, 1954, p. 565). Por outro lado, na história da família a exploração do ouro aparece acompanhada das atividades comerciais relacionadas ao comércio de tropas e abastecimento, típicas da região (Saraiva, 2008; Carrara, 2007), além do tráfico de escravos para o interior da província mineira. Seu irmão Lucas Antônio, visconde de Congonhas, por exemplo, é dito *negociante*, atividade que o levaria a se estabelecer em São Paulo.

Porém, é possível afirmar que o responsável pela maior diversificação de atividades entre os filhos do guardamor seja o barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros. À parte toda a sua intensa e extensa carreira política, Paraopeba, além de fazendeiro, dedicou-se à mineração e à *indústria*. Proprietário de rica lavra de ouro em Congonhas, ali fundou, em sociedade com dois irmãos (Lucas Antônio e José Joaquim Monteiro de Barros), a primeira

12 Eugênia Monteiro de Barros, terceira dos seis filhos do comendador Lucas Antônio Monteiro de Barros. Por parte de seu pai, era neta dos viscondes de Congonhas do Campo; pelo lado materno, era neta dos barões de Piraí. Casou-se com seu primo, Carlos Monteiro de Barros, filho de seu tio desembargador Rodrigo Antônio Monteiro de Barros; foi uma das primeiras colonizadoras da região do oeste paulista (Brotero, 1954).

fundição de ferro estabelecida em Minas Gerais. Contando com a participação direta do mineralogista barão de Eschwege, a fábrica parece ter sido criada entre 1811 e 1812, encerrando suas atividades dez anos depois. Os irmãos também estiveram diretamente ligados ao tráfico de escravos para Minas Gerais, estabelecendo estreitas relações com o negociante de grosso trato José Francisco de Mesquita, que atuava na corte tanto como abonador quanto vendedor na compra de cativos, principalmente nas negociações de José Joaquim Monteiro de Barros, considerado um dos mais importantes tropeiros mineiros (Lenharo, 1993).

Um exemplo de como as relações comerciais terminavam por engendrar laços de amizade e compadrio, intensificando as relações que sustentavam as redes sociais, econômicas e políticas da parentela, é a proximidade que cresceria entre os Monteiro de Barros e os Mesquita, também originários de Congonhas. José Francisco de Mesquita, por exemplo, então marquês de Bonfim, deixava em testamento, em 1873, cinco apólices da dívida pública – no valor total de pouco mais de 5:000\$ – a menor Virgínia, filha do falecido Francisco Augusto Monteiro de Barros (neto do barão de Paraopeba). Da mesma forma, demonstrando a reiteração dos laços que os uniam a cada geração, o herdeiro do marquês, Jerônimo José de Mesquita, conde de Mesquita, falecido em 1886, deixaria outras vinte apólices da dívida em usufruto, cerca de 20:000\$, a Domiciano Ferreira Monteiro de Barros e à sua esposa Antônia Luiza Monteiro de Barros.¹³ Domiciano, aliás, era filho do antigo sócio de Bonfim, José Joaquim Monteiro de Barros.

Nas últimas décadas do século, o neto do visconde de Congonhas, José J. Monteiro da Silva, barão de Santa Helena, além de fazendeiro e senador por Minas Gerais, foi fundador da Estrada de Ferro União Mineira e acionista do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Falco, 2005, p. 20), sendo identificado prioritariamente como *capitalista*, representante do que poderia ser considerada uma nova elite financeira que se fortalecia às vésperas da República, um sinal de que as relações que compunham as redes comerciais e financeiras da família a mantinham atualizada em relação aos novos tempos (Martins, 2007, cap. 3).

Cumprir ainda chamar a atenção ao fato de que a rede familiar aqui analisada esteve sempre empenhada no controle dos cargos fazendários e atividades mineradoras na província de Minas, não apenas assumindo funções na Intendência do Ouro, Provedoria de Fazenda e Real Junta de Fazenda por três gerações, mas ainda unindo-se àqueles que também exerciam cargos na área. Um exemplo é a união da família com os Miranda Ribeiro, a partir do casamento da filha do barão de Paraopeba com o futuro visconde de Uberaba, em 1836, uma vez que este era filho do sargento-mor Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro, tesoureiro da Real Fazenda por um longo período, entre 1786 e 1793. Nesses cargos ainda aparecem Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos, tesoureiro-geral e deputado da Junta da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais, entre 1802 e 1806, e seu irmão mais novo, Manoel José Monteiro de Barros, que assumiu a mesma função após 1816. Como se pode ver, portanto, as cartas de recomendação do governador surtiram efeito.

¹³ Informações provenientes da verba testamentária de Jerônimo José de Mesquita, conde de Mesquita, 1886.

Nesses casos, assim como em diversas outras situações abordadas aqui, em uma sociedade ainda sujeita a instabilidades institucionais e na ausência de mecanismos que aferissem as qualidades tanto profissionais quanto pessoais, a indicação, a proteção, o pertencimento a um determinado grupo ou rede familiar reconhecida não se resumia a uma simples relação clientelar (Gribaudi, 2009); a família era o fiador mais confiável, que dotava de *crédito social* aquele que portava seu nome.

Referências bibliográficas

Fontes

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1850-1880.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Conselho Ultramarino, Brasil/MG, cx. 25, doc. 19; cx. 34, doc. 87; cx. 36, docs. 36 e 61.

ARQUIVO NACIONAL (AN). Verbas testamentárias, n. 68, livro 46, fl. 74, gal. B; n. 151, livro 18, fl. 186, gal. B.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), cxs. 21 e 27.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial), SG-cx. 97, doc. 40-76.

PORTUGAL. Regimento das minas de ouro, de 19 de abril de 1702. Coleção cronológica da legislação portuguesa, compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1701. Lisboa, p. 28-34, s.d. Disponível em: <www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 4 jun. 2008.

Bibliografia

BARATA, C. E.; BUENO, A. H. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero-América, 1999.

BERGHOFF H. Tired Pioneers and Dynamic Newcomers? A Comparative Essay on English and German Entrepreneurial History, 1870-1914. *The Economic History Review*, New Series, Oxford, v. 47, n. 2, p. 262-287, 1994.

BERTRAND, Michel (coord.). *Configuraciones y redes de poder: un análisis de las relaciones sociales en América Latina*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.

BROTERO, F. de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo: João Bentivegna, 1954.

BUSINO, Giovanni. *Elites et élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

CARRARA, A. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

_____. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

DEDIEU, J. P.; WINDLER, C. La familia: ¿una clave para entender la historia política? El ejemplo de la España moderna. *Studia Historica – Historia Moderna*, Salamanca, n. 18, p. 201-233, 1997.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *1822, dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.

FALCO GENOVEZ, P. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a corte no Segundo Reinado*. Juiz de Fora: Clidel, 2003.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, A. C. Jucá de; ALMEIDA, Carla (org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIBAUDI, M. Le savoir des relations: liens et racines sociales d'une administration dans la France du xix siècle. *Le Mouvement Social*, Paris, n. 228, p. 9-37, juil.-sept. 2009.

HORTA, C. R. Famílias governamentais em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2, 1956. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 44-91.

IMÍZCOZ, J. M. (dir.). *Elites, poder y red social: las élites del país Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996.

_____. Élités administrativas, redes cortesanas y captación de recursos en la construcción social del Estado moderno. *Trocadero*, Cadiz, n. 19, p. 11-30, 2007.

JAVARI, Jorge João Dodsworth, barão de. *Organizações e programas ministeriais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional (DIN), 1962.

LANGUE, Frédérique. ¿Estrategas o patriarcas? *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document630.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, H. Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LYRA, Tavares de. *Instituições políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política de elites no Rio de Janeiro (1750-1820). In: BARATA, A.; MARTINS, M. F. V.; BARBOSA, S. M. (org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil imperial*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014, p. 157-184.

SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SARAIVA, L. F. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870-1900. *Revista Científica da Faminas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 179-211, maio-ago. 2005.

_____. *O império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. 2008.

Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat, 1905. 13 v.

SISSON, A. S. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2 v.

STONE, L.; FAWTIER STONE, J. *Open Elite? England 1540-1880*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

TAUNAY, Affonso de E. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.

VASCONCELOS, José Smith de Vasconcelos, barão de. *Arquivo brasileiro nobiliárquico*. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/kajafreitas/dedicado.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2002.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 2 v.

XAVIER Angela B.; HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v. 4, [O Antigo Regime (1629-1807)], p. 381-393.

Recebido em 17/12/2016

Aprovado em 23/3/2017